

A INFLUÊNCIA DOS JESUÍTAS PARA O ENSINO FILOSÓFICO BRASILEIRO E SUA PRÁTICA

ALDEVANE DE ALMEIDA ARAÚJO

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: aldevanealmeida.araujo@gmail.com

EMANOEL LUÍS ROQUE SOARES

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: el-soares@uol.com.br.

Introdução

A filosofia que faz parte dos ensinamentos educacionais desde o Brasil Colônia inicia-se sendo elitizada para o clero e doutrinações religiosas, posteriormente para os senhores, políticos e poderes econômicos vigentes, sempre sendo ocultada das camadas populares, tinham como objetivo evitar sua popularização e posteriores revoltas; o que os senhores temiam ao deixar a filosofia se popularizar era que a população pudesse provocar manifestações e posterior perda do poder colonialista que já estava estabelecido. Por ser uma disciplina que traz temas de reflexões sobre dominação, subalternidade, política, direitos etc. acontecimentos que eram presentes no cotidiano desse povo, por esses motivos quem tinha acesso ao ensino de filosofia era a elite dominante: os senhores, filhos de senhores e o clero. Assim pode-se observar que:

A questão da filosofia e seu ensino no Brasil remete, diretamente e em primeiro lugar, às questões que envolveram o contexto renascentista da Europa do século XV, a expansão europeia, a Reforma e ao movimento da Contra Reforma católica, e a chegada dos Jesuítas juntamente com os portugueses na terra que denominaram de Brasil. (SILVA, pag. 1).

A reflexão do Prof. Dr. José Carlos da Silva traduz o quanto a filosofia percorreu desde sua chegada para tentar conquistar uma identidade no Brasil. A influência da identidade cultural europeia é inegável para formação do ensino e cultura brasileira, o país e o

povo explorado pela colônia portuguesa, a influência do catolicismo, a miscigenação e o multiculturalismo que invadiram o espaço das tribos, foram processos históricos indispensáveis para a prática da filosofia no Brasil.

Os jesuítas desempenharam um papel importante para a conciliação entre filosofia e educação, a escolástica jesuíta através das catequeses iniciou um trabalho introdutório que tinha como objetivo o processo civilizatório e novos adeptos a religião catolicista. Educavam embaçados na fé para que o processo de exploração, produção e subalternidade fosse imediato, facilitando o transporte e favorecimento das riquezas do povo, também foram responsáveis pela alfabetização dos filhos de senhores que ao apenderem o básico (ler e escrever) com os jesuítas continuavam seus estudos na Europa.

As leituras e ensinamentos dos catequistas foram realizados com a utilização de biografias de filósofos religiosos como: Santo Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Cícero, etc. filósofos esses que traziam em seus textos temas sobre disciplina, respeito e moralismo cristão, assim evitavam-se os filósofos que provocavam qualquer senso crítico, ateísmo ou desejos materiais, os catequistas tratavam de respeito e obediência assim acreditavam conseguirem fiéis para igreja e os senhores se aproveitavam com exploração de terra e mão de obra. Segundo SILVA:

Assim, o escolasticismo está presente na elite intelectual brasileira colonial e na base da cultura filosófica brasileira, desde o seu surgimento no País, enraizou-se e marcou profundamente os rumos da filosofia e de seu ensino nesta terra dos palmares, para além do período colonial, constituindo uma de suas características mais marcantes. (SILVA; p. 9)

Com a expulsão da ordem Jesuíta e o processo de permanência pelos quais a filosofia passou é pertinente destacar a globalização, que foi um marco para a explosão do levar a conhecer, do torna-se acessível, pode-se referir a esse fenômeno como um dos

momentos mais importantes da história da filosofia no Brasil, responsável por romper consideravelmente a filosofia ensinada pelos jesuítas; mesmo que sua influência ainda esteja presente na filosofia atual houve esse rompimento, pelos seguintes motivos: o ensino de filosofia obrigatório no ensino médio, à educação disponibilizada para todos os cidadãos, a tentativa de despertar o senso crítico a partir dos meios de comunicações entre outros. Porém essas conquistas da globalização se tornam paradoxais. Como o professor Filipe Ceppas argumenta:

(...) O Brasil passou por um processo de modernização das forças produtivas – do milagre brasileiro à globalização da economia – que transformou de modo radical nossa sociedade, a cultura e a educação. No intuito de recortar aqueles aspectos que, dos jesuítas aos dias de hoje, nos parecem mais significativos para repensar o ensino de filosofia e suas finalidades no Ensino Médio, precisamos indicar o eixo problemático que nos serve de pano de fundo, qual seja: o fato de que a estabilidade econômica e a quase universalização do Ensino Fundamental, recentemente alcançada, convivem com níveis inaceitáveis de desigualdade social, condições de vida e aproveitamento escolar. Apesar de todas as conquistas democráticas, econômicas e sociais, é como se mudássemos tudo para tudo continuar como estava. (CEPPAS; 2010, p.171).

A trajetória do ensino de filosofia brasileiro é primeiramente catolicista, uma disciplina que era catequizada para salvação da alma, para que assim a igreja ganhasse fieis, estando de mãos dadas com a teologia. Os Jesuítas tiveram suas importantes contribuições para o ensino filosófico isso é inegável, sendo positivas ou não através, deram o início a formação de “culturas” brasileira, ideologias e o alastramento do catolicismo, porém foram responsáveis por limitaram o ensino, contribuíram para escravidão, exploração e divisões sociais deixando suas heranças enraizadas nas terras dos palmares.

A multiface provocada pela história da filosofia é retomada e se faz presente durante toda argumentação, como falar em ensino, prática e educação filosófica sem lembrar de todas as lacunas herdadas? Pensar em uma suposta identidade filosófica brasileira adquirida sem saber ao certo se ela existe de fato, são questões dissertadas no próximo tópico.

A educação filosófica em sua vivência histórica

O ensino de filosofia no Brasil tem seus momentos contraditórios em 1971 à lei 5692/71 elimina a filosofia e sociologia do currículo do ensino médio, sendo substituídas pela disciplina de organização social e política brasileira, por determinação da ditadura militar. Só retornando aos currículos de fato em 2008, quando o (CNE) Conselho Nacional de Educação, torna obrigatória a filosofia nas escolas de ensino médio alterando o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996.

Com os empecilhos que o ensino de filosofia enfrentou até se estabelecer como uma disciplina obrigatória no currículo do ensino médio e conquistar seu espaço em todas as camadas sociais ficaram perceptíveis às lacunas que foram herdadas desse processo de formação. A filosofia com uma carga horária menor em relação a outras disciplinas, a impenitente não aceitação de sua obrigatoriedade geralmente por parte da elite política, organizações e seguidores religiosos que se sentem ameaçados por mudanças (criticidade e mobilizações), eixos que a filosofia impulsiona debates, procura por novas respostas, conhecimento justamente o que não interessa nem um pouco a esses poderes instituídos.

As permanências das lacunas que foram citadas conflitam o estabelecimento da filosofia como obrigatória nas escolas, ora uma disciplina que necessita de reflexão, interpretação, escrita e leitura diante de uma população discente carente desses aspectos. Como corrigir isso? Simplesmente a disciplina foi programada e lançada

nos currículos do ensino médio sem nenhum tipo de familiarização dos alunos que acabam não se identificando com a filosofia e as lacunas existentes terminam sendo faixeadas e ocultadas, gerando dificuldades para os docentes em sala de aula, como planejar ensinar um assunto filosófico denso para estudantes que não sabem o que é filosofia? Como lecionar filosofia para uma sociedade completamente contraditória ao que visa filosofia “O pensar livre e expressão livre”? Ora Liberdade de expressão perante o paradoxo democrático? Uma população que tem a educação como preparação para o mercado de trabalho, acomodada com formas práticas e respostas rápidas, diante de uma disciplina que não está preocupada com nenhum desses aspectos. Logo seu ensino é um desafio para os professores, que quando se refere à palavra filosofia no ambiente escolar logo os indivíduos se questionam, afinal o que a filosofia estuda? O que é filosofia? Qual a utilidade dessa disciplina? Será mesmo necessário estudar filosofia? Assim os estudantes criam expectativas por respostas lógicas e rápidas, já que estão mecanizados a fórmulas prontas, surgindo assim um desafio para o filósofo educador ao tenta explicar o que se estuda e o que realmente é filosofia. A disciplina é vista por ângulos ambíguos, procurando-se sempre justificativas de cidadania para explicarem seu ensino, recorrendo a argumentos que confunde a verdadeira essência da filosofia, recorre-se aqui a filosofia como arte, com utilidades múltiplas para contribuir com outras explicações ao desvendar o mistério que é a filosofia na educação brasileira. Assim Deleuze e Guattari argumentam:

(...) A filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos. Mas não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão. Seria preciso formulá-la “entre amigos”, como uma confidencia ou uma confiança, ou então face ao inimigo como um desafio, e

ao mesmo tempo atingir nesta hora, entre o cão e o lobo, em que se desconfia mesmo do amigo. É a hora em que se diz: “era isso, mas eu não sei se eu disse bem, nem se fui assaz convincente”. E se percebe que importa pouco ter dito bem ou ter sido convincente, já que de qualquer maneira é nossa questão agora. (1997, p.10)

O propósito do ensino de filosofia no Brasil também se torna contraditório, sendo a filosofia a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos, que espécie de filosofia está sendo ensinada? Uma disciplina curricular que se justifica através das outras? Uma filosofia que não possui sua identidade definida? Na LDB (Lei nº 9.394/96) a filosofia tem o papel de preparar os jovens para o exercício da cidadania a partir do domínio dos conhecimentos adquiridos. Que domínio de conhecimento é esse? Um componente que é inserido no currículo escolar faltando três anos para conclusão do ensino médio, em respectivos três anos se “transformaria” esses jovens a praticantes da cidadania? É atribuída a filosofia a função cidadã, de ser um fenômeno transformador, adquirindo o papel de ferramenta da educação, como se fosse o único agente de reflexão, já que o componente curricular não é uma ciência por não estar preocupada em descobrir causas, curas e resoluções de problemas; a maioria das vezes não se consegue refletir e observar a prática dos pensamentos filosóficos além do social. A filosofia que estuda os fundamentos antropológicos (o que é o homem?), axiológicos (o que são valores?), epistemológicos (o que é conhecimento?) e políticos (quais são as formas de poder) é esquecida, acredita-se que o verdadeiro problema que rodeia seu ensino atualmente, é como reformular a filosofia nas escolas em sua prática? E não discuti-la como obrigatória ou optativa.

A educação brasileira é formada pela influência de várias culturas estrangeiras, principalmente a europeia, sua cultura foi construída pelo processo de exploração e dominação, a população ao se “libertar” da colonização passa a tentar adquirir seus pró-

prios conhecimentos, porém, o passado é operante nessa construção identitária, culturalmente, educacionalmente, historicamente, sendo uma busca incessante para assumir-se e valorizar-se a partir de justificativas nacionais e não nacionalizadas. Os problemas sofridos pelo povo nesse período excluiu a inserção da filosofia e sua verdadeira identidade continua esquecida. A identidade filosófica ficou de inteiro compromisso do professor educador, ele é o interlocutor que constrói conceitos, caracterizando o significado da filosofia, aproximando-a da realidade vivenciada pelos alunos em sala de aula e em sua prática; além estar dialogando com pensadores para não atribuir a função social à filosofia. Ficando sob sua responsabilidade levar a filosofia para escola, suspender os problemas que envolvem o ensino filosófico, além de desconstruir os mitos que a envolve.

A construção identitária da filosofia é almejada em parceria mutua com a construção do docente, a partir dessas concepções os alunos podem estabelecer sua “identidade” para tentar desenvolver uma reflexão filosófica. Um exercício de persistência que dificilmente é alcançado no ensino médio das escolas públicas, graças à situação e descompromisso que encontramos no ensino público, com o papel de complementação de carga horária, professores que não são formados para lecionar, além da eterna procura em atribuir culpa a “alguém”; como se apontar culpados fosse solução para as dificuldades que acompanham o ensino de filosofia. Assim, Silva afirma:

Sem dúvida alguma, podemos dizer que o modo como o País foi colonizado marcou e influenciou profundamente o modo de pensar, de ser e de agir do brasileiro. Tanto nas questões econômicas, quanto nas questões políticas, educacionais, culturais e organizacionais da sociedade brasileira. (SILVA, p. 3).

As perseguições presentes no ensino de filosofia na procura por uma identidade, aceitação e inserção nos currículos do en-

sino médio brasileiro é apenas uma reflexão transpassada em que as respostas estão presentes nela, o componente filosófico não encontrou na prática seu papel na educação do antigo 2º grau, mesmo sendo de conhecimento suas importâncias e suas contribuições, seu ensino ainda carece de significações, pensar filosofia como repetição de saberes é retroceder e infelizmente é assim que ela está funcionando na educação do ensino médio brasileiro.

Ensino e prática: um mapeamento

Refletir alguns elementos que contribuem para o ensino filosófico e a situação que o mesmo se encontra em sua prática no Brasil, é sujeitar-se a “responder” se houve evolução, retrocesso ou inércia, é opor-se a ideia de não apontar erros e sim soluções, porém mostrar esses acontecimentos para se pensar em possíveis soluções muda o sentido e ganha autenticidade ao problematizar alguns fatos.

É inegável que a filosofia necessita de alguns elementos, um deles é o conceito, sem ele não existe filosofia, de acordo com Deleuze e Guattari o filósofo é o conceito em potência e responsável pela sua criação “a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos” (1997; p.13). Assim o conceito filosófico se torna essencial, contribui para os aspectos reflexivos, construção de novos conceitos, criticidade, entre outros, vale salientar que esses aspectos não são possíveis apenas na filosofia. Todas as outras disciplinas podem provocar reflexão, criticidade e o sujeito pode fazer isso sem necessariamente estudar algo específico, porém o diferencial é que a filosofia se renova por ser capaz de disponibilizar conceitos e a produção conceitual. Estimular os alunos a produção conceitual seria um desafio a ser pensado, olhar a filosofia como início e não como fim, algo que já está pronta e conceituada. Para o filósofo Platão a primeira virtude de um filósofo

sofo é ser capaz de admirar-se, a admiração é a condição da qual deriva a capacidade de problematizar, o conhecimento filosófico não é dado pelos deuses, mas procurados pelo homem, essa admiração é pertinente para o ensino de filosofia, afinal quando não existe admiração não se obtém a vontade de conhecer e formular questionamentos ou conceitos.

O ensino de filosofia nas escolas é multifacetado, se esconde atrás da obrigatoriedade curricular, mas é mantido como optativo perante o alunado. Nas escolas públicas a disciplina apenas é estudada a partir da primeira série do ensino médio, é nessa fase que os alunos vão ter o primeiro contato com a filosofia, e terminam acreditando que se ela fosse necessária estudariam nas séries anteriores, pode-se confirmar essa informação com base em uma pesquisa solicitada pela UNESCO em 2003, em que ressalta escolas trabalhando com filosofia em apenas uma das séries do nível médio; reduzindo ainda mais sua carga horária. Mesmo sendo uma pesquisa realizada há onze anos, a intenção aqui é demonstrar que esses problemas permanecem em muitas regiões.

A duração dos cursos de filosofia é, na maioria dos estados, de um ano ao longo do ensino médio. Há a indicação de duas unidades da Federação (Distrito Federal e Mato Grosso do Sul) que mantêm a filosofia como disciplina nos três anos do ensino médio com carga horária de duas horas semanais. Em alguns estados (como Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Pará), há indicativos de uma progressiva expansão do ensino para duas ou três séries. Não há informações precisas sobre o tipo de trabalho realizado com base na proposta de transversalidade dos PCN, seja no ensino fundamental, seja no médio, e, portanto, não é possível determinar sua duração (FÁVERO, CEPPAS, GONTIJO, GALLO; KOHAN; 2004 p.262).

Mesmo não sendo uma pesquisa de esforço analítico, mas que mapeou as condições do ensino de filosofia no país podendo perceber que a disciplina não possuiu nem adquiriu uma identidade

de determinada, o que possui é uma construção a partir de docentes comprometidos em “dedilhar” o ensino de filosofia nas escolas. Sobre a obrigatoriedade da disciplina com suas idas e voltas à pesquisa trás o seguinte argumento:

Em resumo, a presença disciplinar da filosofia no ensino médio fica, na prática, a critério de cada estado da Federação. Em vários estados houve mudanças recentes. A partir de 1979, com a progressiva redemocratização do país, vários estados passaram a adotar a filosofia como disciplina no ensino médio da rede pública, por meio de leis estaduais ou recomendações das secretarias estaduais de educação. Com a nova legislação de finais dos anos de 1990, alguns estados passaram a adotar os PCNEM como orientação para o ensino nas escolas. Em alguns casos, há indícios de uma defesa da transversalidade; noutros, pode-se identificar, ao contrário, o início de um processo em direção à adoção da filosofia como disciplina.

Levando em consideração a época em que a pesquisa foi realizada há respectivos onze anos atrás, período em que a filosofia estava se estabelecendo nos currículos e firmando-se como obrigatória, é pertinente salienta que não é mistério nem surpresa a permanência de alguns desses fatos argumentados durante o texto no ensino atual podemos constatar essas informações em algumas regiões.

Um exemplo que pode ser citado é a região do Vale do Jiquiriçá localizado no estado da Bahia, região na qual se realizou uma pesquisa intitulada o Ensino de Filosofia em Amargosa e no Vale do Jiquiriçá, o grupo de pesquisa é composto atualmente por cinco alunos, a pesquisa foi desenvolvida e orientada pelo professor Emanuel Luís Roque Soares¹ e financiada pelo CNPq/PIBIC. Nas

¹ Professor adjunto II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, professor de filosofia da educação do Centro de Formação de Professores, Amargosa-BA, líder do grupo de pesquisa NÚCLEO DE PESQUISA FILOSÓFICA: EDUCAÇÃO, EPISTEMOLOGIA E POLÍTICA, linha Filosofia da Educação, doutor em Educação (2008) Universidade Federal do Ceará/FACED, el-soares@uol.com.br.

três cidades pesquisadas (Brejões, Mutuípe e Amargosa) os professores que lecionam filosofia e são formados na área somam três, um em cada cidade, sendo que dois são padres e um ex. padre. Demonstra-se assim que o ensino de filosofia atrelado a crenças, a má formação de professores que lecionam sem conhecimento na área complementando carga horária, são questões presentes no ensino de filosofia atual.

A filosofia brasileira recentemente incomodou mais um dos representantes do poder executivo, especificamente no mês de novembro do ano de 2013, um projeto de lei (PL) da autoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) de Brasília, foi encaminhado para aprovação no Congresso Nacional, tendo como objetivo a retirada da disciplina de Filosofia e Sociologia do currículo do ensino médio. Esse projeto tinha a pretensão de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seus artigos 9º, 35 e 36, com a proposta de modificar a cobrança “desnecessária” das duas disciplinas (filosofia e sociologia); visando aplicar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de forma seriada em cada um dos três anos dessa etapa. Ampliar a carga horária mínima do ensino médio para três mil horas e eliminar a obrigatoriedade para que Filosofia e Sociologia não sejam tratadas como disciplinas obrigatórias no atual currículo. O projeto de lei foi vetado pela sua rejeição na câmara dos deputados, e relatada à decisão pelo Deputado Federal José Linhares.

A atitude proferida pelo deputado FERREIRA e suas argumentações para retirada da obrigatoriedade do ensino de filosofia, fez perceber que a disciplina ainda é perseguida inconsequentemente, sim o termo utilizado é “inconsequentemente”, pois atribui significado a falta de argumentos lógicos para colocar em prática tal Projeto de Lei suscitado pelo então deputado. O porquê essa imperitante busca para se eliminar do currículo filosofia e sociologia? Se é que alcançassem uma resposta positiva para justificar esse ato

então chegariam a um dilema que se perpassa desde a chegada dessas disciplinas no Brasil.

Será que teríamos que regredir para as repetições, que já é de conhecimento sobre a importância e relevância do ensino filosófico para educação? Não se tem o direito de um pensar “livre” fora das cogitações de um sistema político que limita o ser a suas funções? Outra questão é a ampliação da carga horária do ensino médio para 3 mil horas, sendo que atualmente são 2.400 horas, consequentemente o projeto do deputado iria interferir em uma reforma curricular da qual necessitar-se-ia de grandes discursões, pois se com o currículo estabelecido para as escolas e o cumprimento da carga horária obrigatória não são atingidas de fato, imaginemos 600 horas a mais; em um sistema educacional que precisa implementar novas metodologias de ensino, professores qualificados e infraestrutura.

Conclusões

Assim pode-se perceber a discrepância do ensino filosófico em relação às regiões brasileiras, a filosofia continua sendo “excluída” dos currículos de forma indireta, multifacetada nas condições curriculares que não são concebidas igualmente nas escolas, já que são de conhecimento as diferenças na escolarização existente nas regiões brasileiras devido à formação civilizatórias em que ela se desenvolveu desde a escravização e o processo de exploração. Analisa-se a partir do texto que os espaços a serem preenchidos e corrigidos para a construção da identidade filosófica na educação brasileira ainda tem um vasto caminho a ser percorrido.

A formação de professores graduados atuando em suas devidas áreas de ensino seria o início de possíveis mudanças na maneira em que a filosofia é vista, ensinar a disciplina filosófica sem expor devoção e crenças, afinal não é favorável um professor levar suas concepções formuladas sem despertar o senso analítico-reflexivo

dos alunos. As heranças herdadas pelo sistema educacional não pode ser deixado no esquecimento, mas fazer dessas heranças realidades eternizadas e praticadas nas instituições seria retroceder diante da elevação da razão, globalização, multiculturalismo que impregnaram na cultura do país. Os avanços pelos quais a filosofia passou são evidenciados perante algumas conquistas recentes, como o primeiro livro didático para o ensino médio de autoria da professora filósofa e historiadora Marilena Chauí, os cursos de licenciatura em filosofia que se expandiu com o surgimento de novas universidades, o aparecimento de concursos para atuar na área, enfim são conquistas que impulsionam novos licenciados a buscarem melhorias para categoria e praticarem a “verdadeira” filosofia nas escolas.

Referências bibliográficas

SILVA, José Carlos; Os Jesuítas e o Ensino de Filosofia no Brasil disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Cc227evDKLsJ:www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/DMUEbAe2.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br acesso em 10 de fev.2014; p.1, 3, 9.

Filosofa: ensino médio / Coordenação, Gabriele Cornelli, Marcelo Carvalho e Márcio Danelon . – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010; 212 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino ; vol. 14). p.171.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia? Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz-Rj. 2º ed. 1997; p. 10 e 13.

FÁVERO, Altair; CEPPAS, Filipe; GONTIJO, Pedro; GALLO, Silvio; KOHAN, Walter. O Ensino da Filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. Ano 2004; disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n64/22830> > acesso em: 15 de fev. 2014.